

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (MDB-SP), classificou como uma vitória social a decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de revogar a Resolução Normativa 433. A revogação ocorreu no fim da tarde de segunda-feira (30). A Resolução permitiria aos planos de saúde cobrar até 40% de cada procedimento dos seus usuários, além de estabelecer tetos mensal e anual para o quanto os consumidores poderiam gastar.

No último dia 11 de julho, a CAS promoveu audiência pública com representantes da ANS, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em que foi debatido o aumento da participação dos usuários:

— Realizamos audiência com a ANS e a cobramos. Questionamos e exigimos transparência, incluindo [sobre] os aumentos que vêm sendo aplicados aos planos, aumentos abusivos. A pressão da sociedade e de seus representantes, essa grande indignação, deu nesse resultado em favor dos usuários. Mas seguiremos trabalhando por mais transparência e discussões nesta política de reajustes - deixou claro a senadora em sua rede social no Facebook.

### **Debate com a sociedade**

Por meio de nota de esclarecimento divulgada em sua página na internet, a ANS admite que decidiu revogar a norma "devido às manifestações de apreensão da sociedade". No texto, a Agência garante que realizará uma nova audiência, em data a ser acertada, que contará com amplo acesso de todas as partes interessadas no tema. "Nos reuniremos com as principais instituições públicas que se manifestaram, com o objetivo de ouvir suas sugestões visando a construção de um entendimento uniforme", informa a ANS.

Também em sua rede social, Marta garante que a Comissão de Assuntos Sociais irá aprofundar o debate sobre a atuação da ANS.

— Vamos exigir respostas da Agência, que tem sim a obrigação, como órgão regulador, de atender o interesse dos usuários. A palavra é: transparência! Vamos abrir a caixa preta dos planos de saúde. Queremos a redução dos custos já!

A senadora incluiu no que chamou de "abertura da caixa preta" a garantia de transparência quanto à forma com que a ANS determina os aumentos anuais dos planos de saúde. Marta pondera que os reajustes nos planos coletivos - "que são os que mais sobem, pois não tem limites de reajuste anual" - influenciam decisivamente os aumentos nos planos individuais.

— As pessoas não têm, individualmente, a mesma força de grupos para fazer negociações com o mercado. Portanto, a ANS tem de rever estes aumentos e a metodologia dos cálculos. Deixar tudo às claras. Na volta do recesso, retomaremos isso certamente, com amplo apoio dos senadores. Não vamos tolerar mais abusos deste setor.

### **Pauta de votações**

Além da continuidade do debate sobre os planos de saúde, a CAS tem em pauta no segundo semestre 262 proposições, sendo 223 projetos de lei do Senado, 34 projetos de lei da Câmara, 2 emendas e 3 substitutivos da Câmara a projetos do Senado.

Um dos projetos mais polêmicos é o que descriminaliza o cultivo da maconha para uso medicinal (PLS 514/2017). Também por meio da rede social, Marta Suplicy anuncia "para breve" seu relatório sobre a proposta, que será pautada, segundo ela, logo que estiver pronta.

A presidente da CAS ressalta que o projeto já tem mais de 107 mil apoiantes no e-Cidadania, e

que a maconha medicinal já é regulamentada nos EUA, Inglaterra e Portugal. Em entrevista recente à TV Senado, adiantou parte do relatório.

— Vamos começar o cultivo medicinal provavelmente através de cooperativas, porque se fizer o cultivo medicinal pessoal vai dar uma confusão danada. Como é que vai fiscalizar o cultivo pessoal? Não existe capacidade de fiscalização. Mas vamos trazer uma proposta focada em baratear o custo do tratamento de doenças, à eficácia destes tratamentos e também evitar traumas relativos à repressão policial — afirmou.

### **Modernizar a Anvisa**

Também poderá ser apreciada neste segundo semestre, pela CAS, uma proposta de modernização da legislação que trata da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A proposta, que ainda está sendo finalizada, é fruto de um grupo de trabalho da CAS com a Consultoria Legislativa do Senado.

O objetivo principal do novo marco regulatório será um sistema com mais inovação e menos burocracia. Uma das medidas vista como prioritária é, no caso do registro de medicamentos inovadores, deixar de cobrar a obrigação de que sejam registrados no país de origem. Um projeto com teor semelhante já tramita na CAS (PLS 8/2018).

### **Outras propostas**

Outro projeto em estudo na CAS é a concessão de registros especiais temporários de medicamentos e produtos para a saúde (PLS 203/2018). Este registro teria a validade de um ano e, na prática, liberaria a utilização no Brasil de medicamentos já testados e autorizados em outros países, durante a fase final de análise por parte da Anvisa. A proposta aguarda relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A CAS também ainda pretende, na retomada dos trabalhos após o recesso parlamentar, fortalecer através de projeto de lei (PLC 61/2018) a atuação de fiscalização dos Conselhos profissionais na área da saúde. Seu objetivo é evitar casos como o do médico Denis Furtado (mais conhecido como Dr. Bumbum), investigado pela morte da bancária Lilian Calixto, após um procedimento estético, no Rio de Janeiro. A matéria foi distribuída para emissão de relatório pelo senador Jorge Viana (PT-AC).

**Fonte:** Agência Senado, em 31.07.2018.